

## AVERIGUAÇÃO DO PORQUÊ DAS DISTINTAS VISÕES SOBRE O ARMAMENTO NUCLEAR DE CADA NOVO GOVERNO DOS ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA NO PÓS-GUERRA FRIA

*Felipe Dalcin Silva<sup>1</sup>*

### Resumo

O objetivo deste artigo é investigar os fatores que influenciaram as mudanças de perspectiva em relação ao armamento nuclear dos Estados Unidos da América (EUA) em cada governo no pós-Guerra Fria. Para que isso seja atingido é necessário levar em consideração os seguintes fatores: 1. O que explica as percepções distintas de ameaça nuclear que Washington encarou contra si e contra seus aliados e; 2. O porquê de cada administração governamental estadunidense requisitar determinadas atitudes do país em relação a manutenção e/ou desenvolvimento e/ou desmantelamento de sistemas de armas nucleares. As fontes primárias que serviram de base para a elaboração deste texto foram os documentos de defesa dos EUA, no pós-Guerra Fria, que discorrem sobre armas nucleares. Tendo como principal foco o *Nuclear Posture Review* (NPR), o qual é reescrito de acordo com a visão de cada novo governo que toma posse da presidência em Washington. Já as fontes secundárias, foram artigos, livros e notícias que tratam desses mesmos temas. A hipótese deste trabalho é que a visão irregular dos diferentes governos nos EUA pode ser explicada, sobretudo pelo contexto temporal que cada administração está inserida. Esta pesquisa apresenta grande relevância à medida que expõe e compara a visão das administrações estadunidenses sobre as armas nucleares. Elencando, principalmente, os fatores que explicam discrepâncias em determinados aspectos ao longo do tempo e auxiliando em um melhor entendimento da postura nuclear estadunidense no governo de Donald Trump e até mesmo fazer previsões sobre como Joe Biden pode lidar com esse tipo de armamento.

**Palavras-chave:** Estados Unidos da América. Armas Nucleares. Pós-Guerra Fria. Nuclear Posture Review.

### Abstract

The aim of this research is to explore the factors that made the United States of America change their nuclear weapons policies in every new government after the Cold War. To achieve this goal, we must consider some aspects: 1. What explain the differences perceptions of nuclear weapons threats though time; 2. The reason why each American administration requires some changes in the US nuclear arsenal. The primary sources that made this article possible were the United States documents that leads about nuclear weapons nuances, especially the Nuclear Posture Review. This document that started to be made after the end of the Cold War shows the view of distinct governments about this kind of weapon. The secondary sources were articles, books and news that are about the same subjects. The hypothesis of this research is that the irregular opinion of the different administrations can be explain when we consider the international context of each government. This work is especially important because it shows the changes of perspective about nuclear weapons of the US though time. With this kind of knowledge, we can have a cleaner view about the Trump's nuclear posture review and even make previsions such as how Joe Biden will act about this kind of weapons.

**Keywords:** United States of America. Nuclear Weapons. Post Cold War. Nuclear Posture Review.

### Resumen

El propósito de este artículo es investigar los factores que influyeron en los cambios de perspectiva en materia de armamento nuclear en los Estados Unidos de América (EE. UU.) En cada gobierno de la posguerra fría. Para lograrlo, es necesario tener en cuenta los siguientes factores: 1. Qué explica las diferentes

---

<sup>1</sup> Mestrando pelo Programa de Pós-Graduação em Estudos Estratégicos Internacionais (PPGEEI) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Bacharel em Relações Internacionais pelo Centro Universitário Curitiba (UNICURITIBA). Pesquisador associado ao Instituto Sul-Americano de Política e Estratégia (ISAPE). E-mail: [felipedalcinsilva@yahoo.com](mailto:felipedalcinsilva@yahoo.com).

percepções de la amenaza nuclear que Washington ha enfrentado contra sí misma y sus aliados y; 2. Por qué cada administración del gobierno de los Estados Unidos requiere ciertas actitudes del país con respecto al mantenimiento y / o desarrollo y / o desmantelamiento de sistemas de armas nucleares. Las principales fuentes que sirvieron de base para la elaboración de este texto fueron los documentos de defensa de Estados Unidos posteriores a la Guerra Fría, que discuten las armas nucleares. Su enfoque principal es la Revisión de la Postura Nuclear (NPR), que se reescribe de acuerdo con la visión de cada nuevo gobierno que asume la presidencia en Washington. Las fuentes secundarias fueron artículos, libros y noticias sobre estos mismos temas. La hipótesis de este trabajo es que la visión irregular de los diferentes gobiernos de EE. UU. Puede explicarse, sobre todo, por el contexto temporal en el que se inserta cada administración. Esta investigación tiene gran relevancia ya que expone y compara la visión de las administraciones estadounidenses sobre las armas nucleares. Enumerar, principalmente, los factores que explican las discrepancias en ciertos aspectos a lo largo del tiempo y ayudar a comprender mejor la postura nuclear estadounidense en el gobierno de Donald Trump e incluso hacer predicciones sobre cómo Joe Biden puede lidiar con este tipo de armamento. **Palabras-clave:** Estados Unidos de América. Armas nucleares. Post Guerra Fría. Revisión de la postura nuclear.

## 1. INTRODUÇÃO

O intuito deste texto é investigar os fatores que explicam as diferentes visões sobre o armamento nuclear estadunidense durante cada novo governo no pós-Guerra Fria. Para isso, é fundamental a leitura do *Nuclear Posture Review* (NPR) de cada administração. Basicamente, esse documento aborda os seguintes pontos: 1. A percepção de ameaça de possíveis ataques com armamento nuclear contra os Estados Unidos da América (EUA) e contra os aliados estadunidenses; 2. O papel das forças nucleares para o planejamento militar-estratégico norte-americano; e 3. A avaliação desses sistemas de armas e se, por exemplo, há necessidade de produzir novos tipos ou até mesmo tirar de serviço determinados artefatos nucleares.

De acordo com o autor, o primeiro ponto indicado acima é o principal condutor para o planejamento dos governos norte-americanos em relação às armas nucleares. Nesse sentido, a conjuntura temporal em que cada governo se encontra explica a diferença no texto de cada NPR. O *Office of the Deputy Assistant Secretary of Defense for Nuclear Matters* (ODASDNM) (2020, p. 3-5) – o qual fornece assistência ao secretário de defesa em assuntos nucleares – aponta que há três eras nucleares: 1ª. De 1945 a 1991, período da Guerra Fria em que os dois grandes pivôs da ordem bipolar, os Estados Unidos e a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) vislumbravam as armas nucleares como essenciais para o planejamento de guerra de ambas as partes; 2ª. De 1991, ano do esfacelamento soviético, até o lançamento do NPR 2018, em que ameaças advindas de Estados não centrais e organizações terroristas fizeram com que o papel do arsenal nuclear diminuísse drasticamente para o líder da nova ordem unipolar, ou seja, os EUA; e 3ª. Do lançamento do NPR 2018 em diante, em que a volta da competição entre as grandes potências em

uma ordem internacional, a qual começa a apresentar características de um sistema internacional multipolar entre norte-americanos, chineses e russos, torna mais uma vez as armas nucleares o cerne da preocupação securitária norte-americana.

Neste artigo, percorreremos as mudanças da segunda era nuclear – governos Clinton, Bush e parte do governo Obama – para a terceira era nuclear, a qual inicia em meados da administração Obama e é consolidada no governo Trump. Seguindo a ordem cronológica dos fatos, cada governo é explorado como uma sessão neste texto. Apesar de nuances semelhantes entre os três primeiros paulatinamente, vemos mudanças as quais levaram até a conjuntura da administração Trump. Essas percepções levantadas por este artigo são essenciais para entendermos e pensarmos em prognósticos do que podemos esperar de Joe Biden em relação as armas nucleares.

Para elaborar este artigo, foi necessário consultar fontes primárias e secundárias. As primeiras são basicamente documentos de defesa, enquanto as segundas são livros, artigos e notícias que abordam os temas trabalhados neste texto.

## **2. GOVERNO BILL CLINTON (1993-2001)**

O governo do democrata Bill Clinton foi o primeiro iniciado no período pós-Guerra Fria. No contexto de ordem global bipolar, as armas nucleares eram vistas como grandes símbolos da estabilidade entre soviéticos e norte-americanos. Entretanto, em decorrência da nova conjuntura unipolar – os EUA como esteio da governança global –, estas começaram a ser vistas com menor relevância, uma vez que não era mais esperado o choque entre as grandes potências. Sendo assim, a possibilidade de conflito militar direto, até mesmo com o emprego de armas nucleares, era vislumbrada como mínima e as armas nucleares perderam o papel de preponderância no que tange o planejamento estratégico de defesa dos EUA. É possível ver o reflexo disso na diminuição brusca realizada pelos estadunidenses nos gastos com armamento nuclear: em 1984, o gasto anual com este tipo de armamento foi em torno de 47 bilhões de dólares, já em 1994, esse valor caiu para 13 bilhões de dólares, por exemplo (ROBERTS, 2016, p. 15-18).

A preocupação, em termos de segurança internacional de Washington, ficou voltada sobre os Estados considerados ímpares no sistema internacional, os quais poderiam deturpar a segurança e os interesses internacionais/locais dos EUA e dos aliados estadunidenses, como o Iraque. Além disso, outro ponto de enfoque norte-americano foi a preocupação com organizações terroristas. Apesar desses dois tipos de ameaças poderem criar/adquirir armas de destruição em massa (ADM)

– armas químicas, biológicas e radiológicas –, acreditava-se que o aprimoramento constante das armas convencionais já seriam o bastante para dissuadir e retaliar qualquer ataque com ADM, principalmente com armas biológicas e químicas. Sendo, então, um indicativo de que o armamento nuclear poderia ficar reservado e ser somente utilizado como ferramenta de dissuasão e retaliação nuclear (KRISTENSEN, 1995).

Porém, apesar do menor enfoque, o armamento nuclear ainda detinha importância para os Estados Unidos. Portanto, para entendermos melhor o papel desse tipo de armamento na administração Clinton, a exposição dos principais pontos do NPR 1994<sup>2</sup> é imprescindível: 1. As armas nucleares teriam menor relevância no planejamento estratégico de defesa dos Estados Unidos; e 2. Devido a isso, manter um arsenal nuclear da mesma dimensão do que na época da Guerra Fria<sup>3</sup> não era mais necessário; 3. Contudo, os EUA manteriam uma certa quantidade de sistemas de armas nucleares, os quais seriam capazes de dissuadir qualquer eventual adversário; 4. Dessa forma, Washington garantia a manutenção do compromisso de proteger seus aliados da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) e seus aliados asiáticos<sup>4</sup>; e ainda 5. Manteriam todas as salvaguardas em relação a proteção e *know-how* de material nuclear sensível (KRISTENSEN, 1995).

Para que outros países também diminuíssem seus respectivos arsenais nucleares, os EUA defendiam que a cláusula VI do Tratado de Não-Proliferação Nuclear (TNP)<sup>5</sup> deveria servir como um condutor para o corte do número de armas nucleares ao redor do globo. Além do mais, a administração Clinton empreenderia esforços para que a implementação de acordos como o

---

<sup>2</sup> Esse documento foi lançado classificado e os principais pontos foram apresentados posteriormente à imprensa em 1995. Para a elaboração deste artigo, se consultou as informações recolhidas por Kristensen (1995) sobre o conteúdo do NPR 1994. Disponível em: <[https://fas.org/nuke/guide/usa/doctrine/dod/95\\_npr.htm](https://fas.org/nuke/guide/usa/doctrine/dod/95_npr.htm)>.

<sup>3</sup> A quantidade de ogivas nucleares sofreria corte de 50%. A quantidade de sistemas de armas nucleares estratégicas prontas para uso imediato – bombardeiros, mísseis balísticos intercontinentais e submarinos lançadores de mísseis balísticos – seria reduzido em 47%. O número de depósitos, onde as armas nucleares ficavam estocadas, cairia 75% e o número de profissionais com acesso a este tipo de armamento também teria decréscimo de 70% (ROBERTS, 2016, p. 17-18).

<sup>4</sup> Como Coreia do Sul, Japão e Taiwan.

<sup>5</sup> A sexta cláusula do TNP declarava que os países possuidores de armamento nuclear deveriam trabalhar para criar uma ordem global em que a existência deste tipo de armamento fosse totalmente extinguida (NPT, 1968). A ideia dos EUA era ter um papel de “liderança pelo exemplo”, logo, já que Washington iria diminuir o espaço das suas armas nucleares, esperava que o restante dos países do sistema internacional ou reduzissem os seus respectivos arsenais nucleares – para aqueles Estados que já possuíam este tipo de armamento – ou que servisse de mais um incentivo para que novos países não empreendessem esforços para a construção de suas primeiras armas nucleares.

START I<sup>6</sup> e II<sup>7</sup> fosse acelerada e que o CTBT<sup>8</sup> fosse retificado pelo Senado estadunidense. Agora, devemos mapear o contexto e as políticas nucleares da administração do republicano George W. Bush.

### 3. GOVERNO GEORGE W. BUSH (2001-2009)

O NPR 2001<sup>9</sup> seguiu os mesmos preceitos que o NPR 1994, ou seja, elencava que as armas nucleares tinham um papel fundamental para dissuadir possíveis adversários de empregarem ADM, sobretudo as nucleares. Porém, segundo esse documento, o foco dos EUA seria investir mais na capacidade convencional, visto que as maiores ameaças para a administração Bush também seriam advindas da possibilidade de organizações terroristas tomarem posse de armas de destruição em massa ou de Estados do “eixo do mal”<sup>10</sup> as obtivessem. Para contrapor tais ameaças, Bush defendia até mesmo a realização de ataques preventivos<sup>11</sup>. Todas essas medidas deveriam garantir a manutenção da segurança e dos interesses regionais e globais de Washington e de seus aliados (ROBERTS, 2016, p. 21).

Assim como a administração Clinton, o governo Bush defendia acordos e políticas, as quais não só diminuíssem as quantidades de armas nucleares, mas também de qualquer tipo de arma de

---

<sup>6</sup> O *Strategic Arms Reduction Talks* (START I) foi um acordo assinado, em 1991, entre a União Soviética e os EUA. Ambas as partes deveriam reduzir seus sistemas de armas nucleares estratégicos para uma quantidade de 10,5 mil unidades. O acordo especificava ainda os seguintes limites: 1,6 mil sistemas de envio de armas nucleares estratégicos; 6 mil ogivas nucleares para estes meios; 4,9 mil mísseis balísticos; 1,540 mil ogivas nucleares em 154 mísseis balísticos intercontinentais lançados de plataformas pesadas; e 1,1 mil ogivas nucleares em mísseis balísticos intercontinentais lançados de plataformas móveis. Ficava acordado também que os dois lados teriam acesso técnico para ver se seu páreo estava cumprindo com as regras do acordo. O START 1 posteriormente, em 2010, seria substituído pelo New START (ODASDNM, 2020, p. 205-206).

<sup>7</sup> O START II pretendia que os Estados Unidos e a Rússia eliminassem os veículos de reentrada independente múltipla dos mísseis balísticos intercontinentais; limitassem o número de ogivas nucleares em mísseis balísticos lançados de submarino para no máximo 1,75 mil; e que cada lado pudesse ter no máximo entre 3 e 3,5 mil ogivas nucleares para estes meios. As negociações começaram em 1992, todavia, este acordo nunca entrou em vigor, devido a sua não ratificação pelos russos (ODASDNM, 2020, p. 208).

<sup>8</sup> O *Comprehensive Nuclear-Test-Ban Treaty* (CTBT) bane qualquer tipo de teste com armamento nuclear. As negociações desse tratado perduraram entre 1994 e 1996. O presidente Clinton não obteve ratificação desse acordo perante a câmara alta do legislativo estadunidense em 1999. Contudo, vale lembrar que os EUA têm moratório de não realizar testes nucleares desde 1992 (ODASDNM, 2020, p. 208).

<sup>9</sup> Assim como a versão de 1994, o NPR 2001 foi lançado classificado. O cerne desse documento também foi apresentado à imprensa em 2001. Os dados desses documentos usados por este artigo foram disponibilizados pela Universidade de Stanford, em: <https://web.stanford.edu/class/polisci211z/2.6/NPR2001leaked.pdf>.

<sup>10</sup> Estados que, de acordo com o presidente Bush, patrocinavam/auxiliavam organizações terroristas e que buscavam construir armas de destruição em massa. Seriam pertencentes a esse grupo o Irã, o Iraque, a Síria, a Líbia e a Coreia do Norte.

<sup>11</sup> Isso faz parte do que ficou conhecido como “Doutrina Bush”, ou seja, os EUA iniciariam uma guerra preventiva, se necessário, para evitar com que Estados obtivessem armas de destruição em massa e/ou que apoiassem grupos terroristas. Isso foi utilizado como desculpa para a invasão do Iraque em 2003. Posteriormente, foi descoberto que o então líder iraquiano, Saddam Hussein, não estava investindo na construção de ADMs.

destruição em massa. O então governo norte-americano deixava claro a preocupação com a falta de transparência da China. Nesse sentido, apontava a falta de clareza chinesa em relação a configuração das suas forças nucleares e em que situações estes estariam dispostos a empregar seus respectivos sistemas de armas nucleares, advertindo que isso poderia causar erros de cálculo em um eventual quadro de tensão política entre as partes. Já com Moscou, Washington buscava engatilhar acordos que possibilitassem a diminuição do arsenal nuclear entre ambos os países (EUA, 2002, p. 5; GUTHE, 2016, p. 16)

Apesar da diminuição do arsenal nuclear que o governo Bush planejava orquestrar através do remanejamento das forças nucleares – por meio de acordos como o START I e II e outros cortes unilaterais –, a administração do então governante enxergava a necessidade de produção de armamento nuclear com maior capacidade de penetração na terra. A justificativa dada era que mais de 70 países possuíam estruturas subterrâneas para propósitos militares, totalizando aproximadamente 10 mil estruturas para esta finalidade e das quais, pelo menos, mil poderiam estar servindo como depósito de ADM. No NPR 2001, admitia-se a dificuldade de atingir tais alvos, já que as estruturas subterrâneas eram mais difíceis de serem localizadas e, posteriormente, destruídas. O documento vai adiante alegando que armas convencionais não eram adequadas para atingir esses alvos e que a única arma nuclear que os EUA possuíam para tal objetivo era a B61-11<sup>12</sup>, a qual não apresentava grande efetividade<sup>13</sup> (EUA, 2001, p. 15-16). Sendo assim, em 2001, a administração Bush requereu ao Senado fundos para a produção de um novo sistema de arma com maior capacidade de penetração, o que foi rechaçado diversas vezes pela Câmara Alta do Legislativo norte-americano (ROBERTS, 2016, p. 24-25).

Além do mais, outro enfoque do governo Bush foi a maior aplicação de barreiras antimísseis. Isso acabou levando a saída dos Estados Unidos do ABM<sup>14</sup>, o que gerou um grande descontentamento da Rússia. Mais adiante, o líder russo Vladimir Putin (2018) deixou claro que o

---

<sup>12</sup> A bomba B61-11 entrou em serviço em 1997. Essa é uma versão modificada da B61-7, tendo como grande diferença a maior capacidade de penetração na terra, o que torna alvos subterrâneos mais suscetíveis a dano. Isso se deve à capa de urânio com que o bico da bomba é revestido, ao sistema de difusão e ao motor de foguete auxiliar que é acoplado na bomba. Tudo isso permite que a B61-11 penetre ao redor de 2 a 3 metros em superfícies mais duras antes de explodir. O rendimento desta bomba é de 400 kilotons (TREVITHICK, 2018).

<sup>13</sup> Todo esse esforço é voltado para capacitar as forças estadunidenses a atingirem infraestruturas subterrâneas de possíveis rivais. Países como Irã, Coreia do Norte, China e Rússia, por exemplo, possuem esse tipo de depósito não só para proteger sistemas de armas, mas também, para pessoal – liderança – e estruturas de comando e controle.

<sup>14</sup> O *Anti-Ballistic Missile Treaty* (ABM), de 1974, foi um tratado entre os EUA e a URSS em que esses dois países só poderiam proteger duas regiões dos seus respectivos territórios com barreiras antimísseis. Os EUA se retiraram desse acordo em 2002 (ODASDNM, 2020, p. 200). A ideia do ABM era que não se começasse uma corrida armamentista ainda maior, já que poderia fazer com que os dois lados tivessem que gastar ainda mais na produção de novos mísseis balísticos intercontinentais que pudessem ultrapassar tais barreiras. Além do mais, os dois lados poderiam iniciar uma disputa frenética pela construção de melhores barreiras, o que poderia criar receio na capacidade dissuasória de ambas as partes e facilitando o erro de cálculo entre elas.

desenvolvimento de barreiras antimísseis pelos EUA e, posteriormente, a instalação desses sistemas no território da Romênia e da Polônia – países pertencentes a OTAN –, foram mais uma atitude estadunidense para deturpar a capacidade estratégica e dissuasória russa. Isso fez com que Moscou empreendesse grandes investimentos em novos sistemas nucleares efetivos desde o começo da primeira década do novo milênio, os quais manteriam a capacidade do arsenal nuclear russo de infligir dano aos membros da OTAN<sup>15</sup>, mesmo com as barreiras antimísseis.

Em contrapartida, os EUA alegaram que com as barreiras visavam proteger-se e proteger os seus aliados de eventuais ataques com mísseis balísticos vindos, sobretudo do Irã. Contudo, Putin alegou não acreditar nessa afirmação (JESUS, 2013, p. 88). Sendo assim, temos o início de mais um ponto de fricção entre russos e norte-americanos, o qual será escancarado durante o governo do democrata Barack Obama – a próxima administração governamental analisada – reverberando também, posteriormente, na visão securitária do governo de Donald Trump.

#### 4. GOVERNO BARACK OBAMA (2009-2017)

O democrata Barack Obama assumiu o cargo de presidente dos EUA, em 2009, e nesse mesmo ano fez um discurso em Praga, capital da República Tcheca, sobre como seria sua política em relação às armas nucleares. Durante esse evento, o democrata expôs que se esforçaria para criar uma ordem internacional sem armamentos nucleares e que esperava que suas políticas fossem as gêneses para que esse objetivo se tornasse possível. Entretanto, Obama sabia que isso não podia ser realizado de forma repentina, pois enquanto houvessem armas nucleares, os EUA deveriam ter esse tipo de armamento em plenas condições para empregá-los em situações de necessidade (ROBERTS, 2016, p. 29).

O NPR 2010, lançado pela primeira vez desclassificado – com o intuito de deixar claro o posicionamento dos norte-americanos quanto as políticas de emprego desse tipo de armamento para aliados e possíveis adversários – serviu como um atestado documental das intenções da administração Obama em relação às armas nucleares. De forma resumida, podemos apontar que os seis objetivos principais do NPR 2010 eram: 1. Empreender com mais afinco políticas contra a proliferação nuclear e contra a possibilidade de organizações terroristas obterem armas nucleares<sup>16</sup>;

---

<sup>15</sup> Para mais informações sobre o desenvolvimento das forças nucleares da Rússia ver: WOLF, Amy. **Russia's Nuclear Weapons**. 2019, p. 20-26. Disponível em: <<https://fas.org/sgp/crs/nuke/R45861.pdf>>.

<sup>16</sup> O terrorismo nuclear é tratado como a principal ameaça pelo NPR 2010. Isso se deve muito a securitização norte-americana posterior aos ataques terroristas de 11 de setembro de 2001, planejados e executados pela Al-Qaeda de Osama Bin Laden. O temor era que os Estados entregassem dispositivos nucleares às organizações terroristas ou que estas obtivessem esse tipo de material através do mercado negro.

2. Diminuir o papel das armas nucleares estadunidenses como ferramenta dissuasória através, principalmente, de um maior investimento em armas convencionais como as barreiras antimísseis; 3. Manter a estabilidade estratégica com a Rússia, ao passo que os EUA diminuam seu respectivo arsenal nuclear; 4. Proteger os aliados dos EUA – tanto da OTAN, quanto asiáticos – de qualquer eventual ameaça ou uso de força, mesmo que nuclear; 5. Manter o arsenal nuclear estadunidense seguro e protegido contra ataques, roubos e/ou deturpações; e 6. Criar uma base real para que as armas nucleares pudessem ser extinguidas no futuro (ROBERTS, 2016, p. 31-32).

Em relação à Rússia, a administração Obama declarou que não enxergava esse país como um inimigo, mas como um aliado para combater tanto a proliferação nuclear, quanto as organizações terroristas. Como no governo Bush, o governo Obama demonstrava preocupação com a nebulosa postura nuclear da China, já que os chineses não apresentavam com clareza os seus desenvolvimentos militares, principalmente no âmbito das armas nucleares, e por não revelarem qual seria a sua doutrina de emprego destas armas. As grandes preocupações decorrentes de fontes estatais era a possibilidade de que a Coreia do Norte empregasse armas nucleares contra os EUA e/ou contra os aliados estadunidenses na Ásia e que o Irã construísse suas primeiras armas nucleares.

Como Clinton e Bush, Obama buscava fortalecer os regimes de controle e/ou diminuição de armas nucleares, sobretudo o TNP. Além do mais, em 2010, foi assinado o *New START* com a Rússia tendo esses objetivos como foco principal. Neste acordo, as partes limitaram o número de ogivas inseridas em sistemas de armas estratégicas, ou seja, a tríade nuclear – bombardeiros, submarinos lançadores de mísseis balísticos e mísseis balísticos intercontinentais – em 1,55 mil unidades. Também ficou estabelecido que cada bombardeiro poderia carregar apenas uma ogiva nuclear, que o limite de plataformas de envio de armas nucleares não poderia passar de 700 e que os dois lados poderiam inspecionar se seu páreo estava respeitando as regras do acordo (ODASDNM, 2020, p. 210).

Porém, posteriormente à elaboração e ao lançamento do NPR 2010, diversos fatores fizeram com que a visão da administração Obama empezasse a ser diferente em relação à Rússia, à China e às próprias forças nucleares estadunidenses. Na sequência, serão exibidos os fatores que comprovam as discrepâncias entre o NPR 2010 e o NPR 2018, o que de acordo com o ODASDNM, escancarará o processo de transição entre a segunda era nuclear e a terceira era nuclear.

Com o fim da Guerra Fria, as relações entre os norte-americanos e os russos, em diversos momentos, beirou mais a cooperação do que a fricção política. Todavia, a expansão da OTAN em

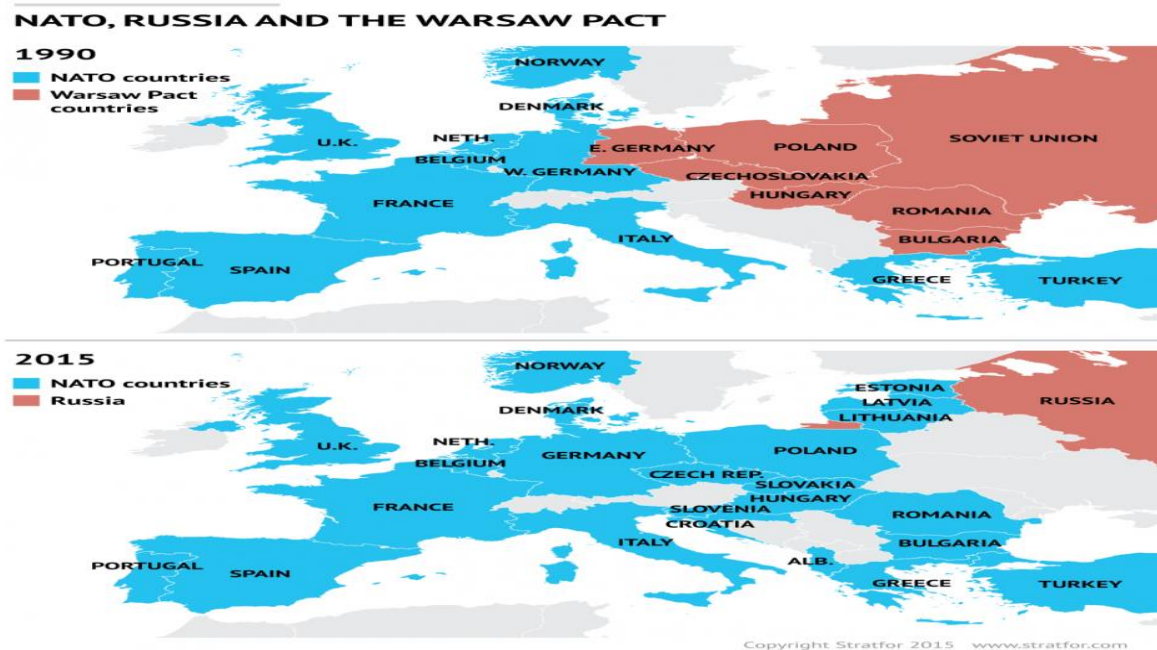
direção ao leste europeu – região considerada por Moscou como zona de influência russa, já que era composta pelos Estados que faziam parte da URSS – iniciada no governo Clinton e ampliada durante o governo Bush foi vista como uma afronta pelo Kremlin (Figura 1). Dessa forma, quando Obama assumiu o cargo, este tentou melhorar as relações com os russos através de debates sobre assuntos de interesse mútuo como a então conjuntura do Oriente Médio, a proliferação nuclear e o combate ao terrorismo. Nesse interim, as partes assinaram o *New START*, em 2010, e o governo Obama até tentou celebrar mais acordos de limitação e controle de armamento nuclear com a Rússia, o que acabou não acontecendo devido às barreiras antimísseis instaladas no território de aliados estadunidenses da OTAN (POWASKI, 2019, p. 193-195).

Porém, quando a Ucrânia, a qual faz parte da zona de influência do Kremlin, aparentava caminhar em direção a se tornar país-membro da OTAN, e até mesmo da União Europeia, a resposta da Rússia foi a invasão e a anexação da Criméia em 2014, região ucraniana em que a maioria da população é de etnia russa. A razão para fazerem isso foi o temor dos russos de que uma Ucrânia aliada aos países ocidentais, com regime político democrático e com maior proximidade com o Ocidente, poderia acabar influenciando a população russa contra seu próprio governo (POWASKI, 2019, p. 193-195).

Mais adiante, em 2016, a OTAN expandiu as suas forças militares para o leste europeu e instalou barreiras antimísseis na Polônia e na Romênia. Mais uma vez, Putin criticou tais atitudes e reforçou a necessidade da Rússia produzir melhores sistemas de armas nucleares para que estes pudessem garantir a efetividade de emprego do arsenal nuclear russo (POWASKI, 2019, p. 201-202). Entretanto, além dos entraves no território europeu, devemos destacar a não concordância dos governos Obama e Trump com a continuidade da liderança de Bashar Al-Assad na Síria, aliado russo, o que fez com que a Rússia e os EUA tivessem interesses antagônicos no Oriente Médio. Até mesmo no continente americano, houveram divergências entre o Kremlin e a Casa Branca, já que Putin apoiava o governo de Nicolás Maduro na Venezuela e os EUA eram a favor do governo-interino de Juan Guaidó.

Conforme podemos observar na Figura 1.

**Figura 1** – Expansão da OTAN para o leste europeu



Fonte: BUCZKOWSKI (2017)

Ao contrário do caso russo, o governo Obama sempre manteve preocupações com a China por causa do crescimento econômico desse país junto com os maiores investimentos em forças militares realizados por estes, uma vez que tais desenvolvimentos poderiam afetar a capacidade estadunidense de realizar embates militares no leste asiático. Para contrabalancear isso, o Departamento de Defesa dos EUA, em 2013, defendeu que mais de 50% do poder marítimo estadunidense deveria ser concentrado nessa parte do globo. Contudo, a região que gera maior atrito entre chineses e norte-americanos é a região do Mar do Sul da China. Dessa forma, a preocupação chinesa era que com o crescimento naval estadunidense nessa área, os EUA pudessem bloquear as rotas comerciais dos navios cargueiros que passavam pelo território chinês, além do mais esta região é rica em petróleo e gás natural. A partir disso, a China começou a construir uma série de ilhas artificiais nessa localidade, conhecidas como *Spratly Islands*, as quais apresentam configurações de estruturas militares (POWASKI, 2019, p. 176-179, 182). Somado a isto:

A China está acelerando sua modernização militar. Os chineses instalaram centenas de mísseis terra-terra munidos de ogivas convencionais capazes de atacar com extrema precisão Taiwan, como também uma pequena quantidade destes mísseis são capazes de atingir bases militares norte-americanas no Japão e no leste asiático. Além disto, a China desenvolveu míssil guiado anti-embarcações capaz de destruir porta-aviões estadunidenses. A administração Obama reagiu a estas atitudes alegando que o controle que a China conclama no Mar do Sul da China viola leis do direito internacional elaboradas a favor da livre circulação dos mares (POWASKI, 2019, p. 183, tradução nossa).

A partir do aumento dos atritos políticos entre os EUA, a Rússia e a China, a administração Obama começou a perceber que tais países poderiam representar ameaças reais aos interesses e a segurança dos Estados Unidos. Como resposta, o então governo norte-americano mudou sua postura em relação ao armamento nuclear e o escopo desse tipo de armamento no planejamento de guerra do país. Isso ficou nítido quando o governo Obama, em 2016, criou um plano que destinaria um trilhão de dólares, em até 30 anos, para a modernização de todas as frentes do arsenal nuclear norte-americano. Essa medida foi vista como essencial para frear possíveis vantagens militares que russos e chineses porventura poderiam eventualmente apresentar com o tempo (EMMONS, 2016).

## 5. GOVERNO DONALD TRUMP (2017-2021)

Devido aos pontos elucidados anteriormente, no NPR 2018 reforça-se o que outro documento de defesa, também desenvolvido durante a administração Trump, o *National Security Strategy 2017* (NSS 2017)<sup>17</sup> já apontava, ou seja, que o mundo não é mais unipolar. Segundo documento, a nova realidade global é a volta da competição entre as grandes potências. Além disso, ainda é afirmado que tanto a China, quanto a Rússia buscam remodelar a ordem internacional aos seus respectivos favores e que para isso ser possível, no que tange as capacidades militares, esses dois países estão aprimorando suas respectivas máquinas de guerra, sobretudo suas armas nucleares. Esse quadro representaria uma ameaça tanto a segurança, quanto aos interesses dos Estados Unidos e dos seus aliados. Assim, a competição entre as grandes potências – EUA, Rússia e China – deve permear o pensamento estratégico-militar norte-americano de agora em diante em uma ordem global multipolar<sup>18</sup> (TRUMP, 2017, p. 2-3).

Sendo assim, a administração Trump advogava a favor do país fazer investimentos maiores nas armas nucleares<sup>19</sup> e desenvolver novos sistemas, visando aumentar a flexibilidade de emprego e resposta nuclear em qualquer nível de embate. Nesse governo, os EUA desenvolveram um novo míssil balístico nuclear lançado de submarino com baixo rendimento<sup>20</sup>. Este serviria para contrapor

---

<sup>17</sup> Documento em que cabe ao poder executivo, presidente, apontar as principais ameaças aos EUA e aos aliados estadunidenses e como a administração vigente pretende lidar com tais ameaças.

<sup>18</sup> O NPR 2018, ao longo do texto, também dá importância para ameaças que podem ser proporcionadas por outros Estados, sobretudo a Coreia do Norte e o Irã, pelo terrorismo nuclear e pela proliferação nuclear. Contudo, a partir da leitura desse documento é clara a intenção da administração Trump manter o foco do planejamento estratégico-militar em relação a possíveis conflitos bélicos com a China e com a Rússia.

<sup>19</sup> O NPR 2018 argumenta que os gastos anuais com as armas nucleares devem ser aumentados de 3,7% para 6,4% do total dos recursos militares disponibilizados para o Departamento de Defesa dos Estados Unidos (EUA, 2018, p. 51).

<sup>20</sup> Informações sobre esse sistema de arma ver: <<https://fas.org/sgp/crs/nuke/IF11143.pdf>>.

as supostas vantagens que a Rússia tem na quantidade e na qualidade dos sistemas de armas nucleares sub-estratégicos, também conhecidos como armas nucleares táticas<sup>21</sup>. Além disso, também serviria para contrabalancear os mísseis de médio alcance da China<sup>22</sup> (EUA, 2018, p. 53-55).

A possível doutrina de emprego de armas nucleares russas “*escalate to de-escalate*”<sup>23</sup> é apontada pelo NPR 2018 com preocupação e como estímulo para que os EUA façam melhorias nas suas capacidades nucleares, no que tange principalmente os sistemas de armas nucleares táticas (EUA, 2018, p. 54-55). Somado a isso, em 2019, os EUA se retiraram do INF devido às acusações de que Moscou teria violado as regras deste acordo<sup>24</sup>. Já em 2020, Trump sinalizou que os EUA se retirariam do *Open Skies Treaty*<sup>25</sup>. Além do mais, Trump não renovou com a Rússia o New START, o qual venceu em fevereiro de 2021. Coube ao sucessor do republicano, o democrata Joe Biden, a renovação deste acordo por mais cinco anos.

O grande problema desses acordos, sobretudo o INF e o New START, é que eles são reflexos de uma ordem internacional em que a maior parte do temor estratégico-nuclear para os estadunidenses era voltada para a Rússia. Entretanto, com a China despontando cada vez mais em termos econômicos, políticos e militares, não faz muito sentido, para Washington que Pequim não

---

<sup>21</sup> Basicamente podemos dividir as armas nucleares em dois níveis de alcance: 1. Estratégico: quando o sistema de arma é empregado através de plataformas que podem percorrer mais de 5,5 mil km para atingir seus alvos, como bombardeiros e mísseis balísticos intercontinentais lançados tanto de plataformas terrestres quanto de submarinos. 2. Sub-estratégico, conhecido também como armamento nuclear tático: quando o sistema de arma é empregado por plataformas que tendem a percorrer menos de 5,5 mil km, como, por exemplo o Caça F-15E munido da bomba gravitacional B61. Geralmente, as armas nucleares sub-estratégicas apresentam menor rendimento, em kilotons, se comparadas com as estratégicas. O NPR 2018 (p. 53) faz uma estimativa que a Rússia possui cerca de 2 mil sistemas de armas nucleares táticas – o que é difícil de ser realmente verificado já que, até o momento, não há nenhum acordo que controle e verifique tais informações, tanto da Rússia, como da China – e por outro lado, os EUA só possuem bombas gravitacionais da família B61, cerca de 230, lançadas de caças e ou pelo bombardeiro B-2.

<sup>22</sup> Mísseis nucleares terra-terra que cumpram distâncias entre 0,5 mil km a 5,5 mil km. Os quais eram proibidos pelo acordo INF – ver nota de rodapé 24.

<sup>23</sup> De acordo com o NPR 2018 (p. 30), essa doutrina de emprego de armas nucleares que supostamente a Rússia tem seria utilizada para de-escalar um conflito militar convencional, caso Moscou estivesse perdendo. Isso significaria que: ao se ver perdendo embate com o uso de armamento convencional, a Rússia começaria ou ameaçaria empregar suas armas nucleares táticas para que o outro lado desistisse de continuar o confronto bélico, ou seja, a Rússia buscaria aumentar o custo pelo o que se está disputando, fazendo com que o seu adversário desistisse com o temor da conflagração escalar ainda mais.

<sup>24</sup> O *Intermediate-Range Nuclear Forces Treaty* (INF) entrou em vigor no ano de 1988. Ele incapacitou tanto os EUA quanto a URSS – posteriormente a Rússia – de possuírem mísseis terra-terra que cumpram distâncias entre 0,5 mil km a 5,5 mil km (ODASDNM, 2020, p. 204). Os EUA acusaram no NPR 2018 (p. 10) os russos de violarem as regras do acordo com a suposta produção de um míssil terra-terra, conhecido como SSC-8, o qual percorreria as distâncias proibidas pelo tratado. Contudo, para Wolf (2019, p. 6) o real motivo da saída estadunidense desse acordo é que a China não faz parte dele e teria eventual vantagem por poder utilizar mísseis terra-terra que possam ser empregados nas distâncias coibidas pelo INF.

<sup>25</sup> Acordo entre russos e norte-americanos que entrou em vigor em 2002. Nele, ficou estabelecido que as duas partes poderiam utilizar aviões para espionar o território do seu páreo, visando averiguar se o outro lado está se preparando para uma guerra ou não. A administração Trump acusou a Rússia de ter utilizado seus aviões para espionar membros da OTAN, então, os russos estariam violando as regras do acordo (GIELOW, 2020).

faça parte desse tipo de acordo. Além disso, ainda há a questão desta não querer entrar em regimes de limite de sistemas de armas/ogivas nucleares<sup>26</sup> e mecanismos de verificação mútua tanto com os EUA, quanto com a Rússia. Logo, fazendo com que os acordos internacionais deste gênero que não tenham participação de Pequim se tornem obsoletos. Trump já chegou a declarar que só renovaria o New START se a China também fizesse parte desse acordo (GIELOW, 2020).

O NPR 2018 (p. 17) deixa a entender que a administração Trump acreditava que as armas nucleares são essenciais para evitar o conflito bélico entre as grandes potências. Nests documento, levanta-se o seguinte dado: antes do surgimento das armas nucleares, o embate entre as grandes potências era mais recorrente, tanto que, até 1945, – ano de fabricação da primeira bomba atômica – os conflitos militares de grande proporção entre os Estados pivôs do sistema internacional ocasionavam a morte de aproximadamente 1,5% da população mundial. Posteriormente, com o advento das armas nucleares, os conflitos bélicos entre 1950 e os anos 2000 vitimaram 0,4% das pessoas ao redor do globo. De 2000 em diante, esta porcentagem caiu para menos de 0,01% da população mundial (Figura 2). Essa grande diminuição no número de pessoas mortas em conflitos bélicos se deve, de acordo com o NPR 2018, ao “equilíbrio do terror” que o armamento nuclear trouxe consigo. Com o surgimento das armas nucleares, qualquer possível conflito militar entre as grandes potências poderia significar praticamente a destruição dos lados beligerantes e isso estaria relacionado ao poder devastador de destruição do armamento nuclear. Isto nos remota ao cientista político Kenneth Waltz<sup>27</sup>. Durante o governo Trump, ficou evidente de que este demonstrava confiar mais na força/demonstração de força do que em acordos internacionais como ferramentas para evitar guerras. Tanto que, em diversos momentos no NPR 2018, é afirmado que ataques e/ou

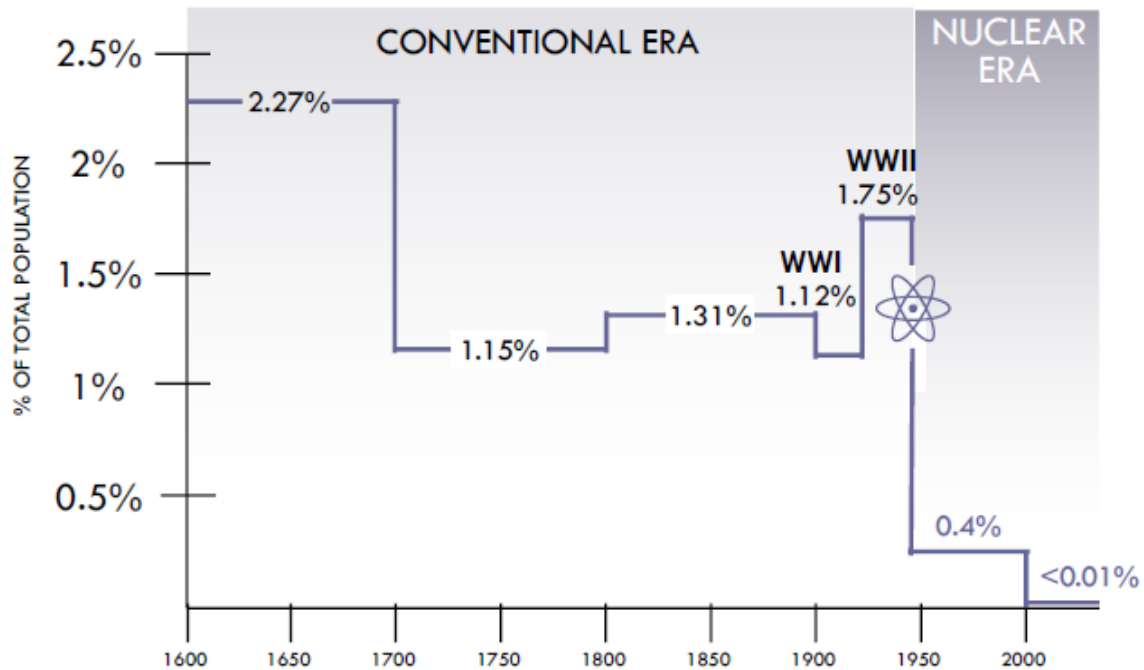
---

<sup>26</sup> A China alega que não vê motivos para entrar em acordos de limitação e verificação do seu arsenal nuclear devido à baixa quantidade de ogivas e plataformas nucleares de envio que o país tem. A estimativa é que Pequim possui cerca de 400 ogivas nucleares no total, enquanto russos e norte-americanos possuem – se considerarmos os estoques e ogivas nucleares que não estão acopladas em nenhum sistema de arma estratégicos – por volta de 6 mil. Outra alegação chinesa é que sua doutrina de emprego de armas nucleares se mantém a mesma desde 1964, ano que o país realiza seu primeiro teste com armamento nuclear, em que Pequim só utilizaria suas armas nucleares como forma de retaliação após sofrer ataque nuclear (ZHANG, 2012, p. 1-5). Contudo, de acordo com Kulacki (2016, p. 4-6) a China poderia usar suas armas nucleares como uma forma de evitar uma invasão estadunidense sobre seu território.

<sup>27</sup> Waltz (2013, p. 4-8) destaca que, desde o final da Segunda Guerra Mundial, em 1945, a qual teve nos seus momentos finais a utilização por parte dos EUA de armamento nuclear contra o Japão, nas cidades de Hiroshima e Nagasaki, não ocorreu mais choques militares entre as principais potências militares. Isso se deve ao poder devastador que os artefatos nucleares emitem no momento da sua explosão, fazendo com que os Estados que possuem tal poder em suas mãos não embarquem em conflito entre si, podendo significar danos imensuráveis. O medo de sofrer retaliação faz com que o ímpeto do primeiro ataque não se materialize. Desse jeito, os Estados possuidores de artefatos nucleares agem de maneira racional, pois se iniciarem um embate nuclear sofrerão grande devastação em resposta. Guerras ficam difíceis de serem travadas quando os custos do embate são maiores do que benefícios de uma possível vitória. Sendo assim, Waltz considera que o armamento nuclear foi/é o ponto primordial para que guerras envolvendo as principais potências militares, logicamente as que possuem este tipo de arma, não ocorram. Este é o princípio da dissuasão nuclear.

ameaças de qualquer possível adversário contra os EUA e/ou contra os aliados estadunidenses terá consequências imensuráveis para o lado atacante.

**Figura 2** – Comparação da porcentagem de fatalidades da população mundial (civis e militares) em tempos de guerra convencional e posteriormente ao advento do armamento nuclear



Fonte: EUA (2018, p. 17).

No arranjo internacional da terceira era nuclear, seria melhor que russos, chineses e norte-americanos celebrassem juntos acordos de limitação e verificação de armas nucleares, principalmente que envolvessem as armas nucleares sub-estratégicas. Esse seria o melhor caminho para que as partes: limitassem seus arsenais nucleares, o que diminuiria os gastos com este tipo de armamento; verificassem o equilíbrio de força e a capacidade dissuasória entre as partes; e, principalmente, que tivessem um canal de comunicação mais claro. Todas estas medidas evitariam erros de cálculo. Apesar do governo Trump, no NPR 2018, ter indicado que pretendia negociar com chineses e russos, não vimos esta administração republicana traçar tratados neste sentido. Nos cabe esperar e ver se com Biden as coisas serão diferentes.

## 6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo deste trabalho foi demonstrar que o fator que mais influenciou o planejamento em relação ao armamento nuclear de cada novo governo estadunidense, no período pós-Guerra Fria, foi o ambiente de segurança internacional que cada administração encontrou ao tomar posse. A partir de uma análise macro, conseguimos observar que tanto a administração Clinton, quanto a administração Bush tinham como principais preocupações a proliferação nuclear e a possibilidade de organizações terroristas tomarem posse deste tipo de armamento. Ambos também acreditavam que as armas nucleares teriam cada vez mais um escopo menor no planejamento militar/estratégico dos Estados Unidos. Assim como os anteriores, ao mapearmos o governo Obama, percebemos que este também detinha como enfoque a proliferação e, principalmente, o terrorismo nuclear como principais ameaças. Além disso, também acreditava que as armas nucleares deveriam ter espaço menor no desenvolvimento militar norte-americano. Todavia, quando mudanças no cenário internacional ficaram mais claras – devido a percepção de que a Rússia e a China poderiam desafiar a unipolaridade estadunidense – ocorreu uma mudança de comportamento em relação ao planejamento nuclear vigente até então.

Trump herdou de Obama uma transição de polaridade mais límpida, aceita as condições apresentadas e planeja preparar os Estados Unidos para um novo ordenamento internacional multipolar. Este artigo focou em um dos principais sintomas da transição de balança de poder, ou seja, o novo papel do armamento nuclear. Como dito na introdução, durante a mudança da unipolaridade para a multipolaridade, as armas nucleares acabaram ganhando um novo significado e atingiram um novo patamar de importância, fator que corrobora com os investimentos planejados pela administração Trump.

A administração Trump acreditava piamente que o maior investimento e confiança nas armas nucleares evitaria a guerra entre as grandes potências, devido a capacidade dissuasória que este tipo de armamento fornece pelos danos colaterais que a retaliação nuclear pode ocasionar. Outro caminho possível seria o maior esforço dos EUA, da Rússia e da China de celebrarem acordos de diminuição/fiscalização dos seus respectivos arsenais nucleares. Além de evitar gastos gigantescos com esse tipo de armamento, cada parte teria parâmetros das capacidades militar-nuclear dos outros. Isto possivelmente também melhoraria os canais de comunicação entre as partes, que ajudariam a evitar o erro de cálculo e o início de uma guerra, sobretudo nuclear. Entretanto, parece que norte-americanos, russos e chineses por enquanto preferem seguir a receita do “equilíbrio de terror”.

Vejamos como o atual governo de Joe Biden agirá em assuntos relacionados ao armamento nuclear. Como sugerido por este texto, o melhor indicativo para deslumbrarmos sobre como é ou será a visão deste sobre as armas nucleares é obtida através da análise da percepção de ameaças do governo norte-americano. Tanto a China quanto a Rússia são ainda vistas como grandes ameaças à segurança e aos interesses dos EUA e dos aliados estadunidenses. Sendo assim, talvez não vejamos grandes mudanças, em relação as armas nucleares, na transição de Trump para Biden. Apesar deste ter renovado o New START, continuam os planos estadunidenses se aprimoramento das suas forças nucleares.

## 7. REFERÊNCIAS

BUCZKOWSKI, A. (2017). *Top 14 maps and charts that explain NATO*. Disponível em: <https://geoawesomeness.com/top-14-maps-charts-explain-nato/>. Acesso em: 29/06/2020.

EMMONS, A. (2020). *Obama's Russian Rationale for \$1 Trillion Nuke Plan Signals New Arms Race*. Disponível em: <https://theintercept.com/2016/02/23/obamas-new-rationale-for-1-trillion-nuclear-program-augurs-a-new-arms-race-with-russia/>. Acesso em: 29/06/2020.

ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA (EUA). (2002). *Nuclear Posture Review 2001*. Disponível em: <https://web.stanford.edu/class/polisci211z/2.6/NPR2001leaked.pdf>. Acesso em 26/06/2020.

\_\_\_\_\_. (2010). *Nuclear Posture Review 2010*. Disponível em: [https://dod.defense.gov/Portals/1/features/defenseReviews/NPR/2010\\_Nuclear\\_Posture\\_Review\\_Report.pdf](https://dod.defense.gov/Portals/1/features/defenseReviews/NPR/2010_Nuclear_Posture_Review_Report.pdf). Acesso em: 17/04/2020.

\_\_\_\_\_. (2018). *Nuclear Posture Review 2018*. Disponível em: <https://www.defense.gov/News/SpecialReports/2018NuclearPostureReview.aspx>. Acesso em: 06/04/2020.

GIELOW, I. (2020). *Trump deixa mais um tratado que visa evitar guerra nuclear com a Rússia*. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2020/05/trump-deixa-mais-um-tratado-para-evitar-guerra-nuclear-com-a-russia.shtml>. Acesso em: 28/06/2020.

GUTHE, K. (2016). *Summaries of the 1994, 2001, and 2010 Nuclear Posture Reviews*. Fairfax: National Institute Press, issue 405.

JESUS, Diego. (2013). Dissuasão, redução de armas nucleares e defesa antimísseis nos governos Bush e Obama. In: *Revista Brasileira de Política Internacional*, vol. 56, p. 79-93, n. 2.

KRISTENSEN, H. (1995). *Nuclear Posture Review*. Disponível em: [https://fas.org/nuke/guide/usa/doctrine/dod/95\\_npr.htm](https://fas.org/nuke/guide/usa/doctrine/dod/95_npr.htm) Acesso em: 12/03/2020.

\_\_\_\_\_. (2005). *The 1994 Nuclear Posture Review*. Disponível em: <https://www.nukestrat.com/us/reviews/npr1994.htm>. Acesso em: 12/03/2020.

SILVA, F. D. *Averiguação do porquê das distintas visões sobre o armamento nuclear de cada novo governo dos Estados Unidos da América no Pós-Guerra Fria*. DOI: <http://dx.doi.org/10.5380/recp.v11i2.81593>

KULACKI, G. (2016). *The Risk of Nuclear War with China: A Troubling Lack of Urgency*. Disponível em: <https://www.ucsusa.org/sites/default/files/attach/2016/05/Nuclear-War-with-China.pdf>. Acesso em: 29/06/2020.

OFFICE OF DEPUTY ASSISTANT SECRETARY OF DEFENSE FOR NUCLEAR MATTERS (ODASDNM). (2020). *Nuclear Matters Handbook*. Disponível: <https://www.acq.osd.mil/ncbdp/nm/nmhb/index.htm>. Acesso em: 26/06/2020.

POWASKI, R. (2019). *Ideals, Interests, and U.S. Foreign Policy from George H. W. Bush to Donald Trump*. Ashland: Palgrave Macmillan.

PUTIN, V. (2018). *Presidential Address to the Federal Assembly*. Disponível em: <http://en.kremlin.ru/events/president/news/56957>. Acesso em: 27/06/2020.

ROBERTS, B. (2016). *The Case for U.S. Nuclear Weapons in the 21<sup>st</sup> Century*. California: Stanford Security Studies.

TREAT ON THE NON-PROLIFERATION OF NUCLEAR WEAPONS (NPT). (1968). Disponível em: <http://www.un.org/disarmament/wmd/nuclear/npt/text>. Acesso em: 26/06/2020.

TREVITHICK, J. (2018). *Get to Know America's Long Serving B61 Family of Nuclear Bombs*. Disponível em: <https://www.thedrive.com/the-war-zone/19263/get-to-know-americas-long-serving-b61-family-of-nuclear-bombs>. Acesso em 26/06/2020.

TRUMP, D. (2017). *National Security Strategy*. Disponível em: <https://www.whitehouse.gov/wp-content/uploads/2017/12/NSS-Final-12-18-2017-0905.pdf>. Acesso em: 23/05/2020.

WALTZ, K. (2013). More May Be Better. *The Spread of Nuclear Weapons: An Enduring Debate*. Third Edition. New York: Norton & Company

WOLF, A. (2019). *Russian Compliance with the Intermediate Range Nuclear Forces (INF) Treaty: Background and Issues for Congress*. Code: R43832.

ZHANG, H. (2012). *China's Nuclear Weapons Modernization*. Disponível em: <https://www.belfercenter.org/sites/default/files/legacy/files/ChinaNuclearModernization-hzhang.pdf>. Acesso em: 29/06/2020.